

OS COLETIVOS CRIMINAIS DE PORTO ALEGRE

**ENTRE A “PAZ” NA PRISÃO
E A *GUERRA* NA RUA**



Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

ANPOCS
Biênio 2021-2022

Presidente: André Pereira Botelho (UFRJ)
Secretária Executiva: Mariana Miggiolaro Chaguri (Unicamp)
Secretária Adjunta: Lilia Katri Moritz Schwarcz (USP)
Diretor de Publicação e Criação: Gilberto Hochman (COC/Fiocruz)

Diretora: Magna Maria Inácio (UFMG)
Diretor: João Batista de Jesus Felix (UFT)
Diretor: Marcos Cesar Alvarez (USP)

Conselheira Fiscal: Juliana Gonçalves Melo (UFRN)
Conselheiro Fiscal: Maria José da Silva Aquino Teisserenc (UFPA)
Conselheira Fiscal: Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar
Cidade Universitária CEP 05508-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3091-4664 / 3091-5043
anpocs@anpocs.org.br
www.anpocs.org.br

MARCELLI CIPRIANI

**OS COLETIVOS CRIMINAIS
DE PORTO ALEGRE**

**ENTRE A “PAZ” NA PRISÃO
E A *GUERRA* NA RUA**

Prêmio de Dissertação de Mestrado no
“Concurso Brasileiro Anpocs de Obras
Científicas e Teses Universitárias em
Ciências Sociais” – Edição 2020

**HUCITEC EDITORA
ANPOCS
São Paulo, 2021**

© Direitos autorais, 2020,
de Marcelli Cipriani
Direitos de publicação reservados por
Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
04110-020 São Paulo, SP.
Tel.: (55 11 3892-7772)
www.huciteceditora.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial

MARIANA NADA

Produção editorial

KÁTIA REIS

Assistência editorial

MARIANA BIZARRO TERRA

Circulação

ELVIO TEZZA

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C523c

Cipriani, Marcelli

Os coletivos criminais de Porto Alegre : entre a "paz" na prisão e a guerra na rua / Marcelli Cipriani. - 1. ed. - São Paulo : Hucitec, 2021. 432 p. ; 21 cm.

"Prêmio de Dissertação de Mestrado no "Concurso Brasileiro Anpocs de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais" - Edição 2020"

Inclui índice

ISBN 978-85-8404-217-3

1. Crime - Porto Alegre (RS). 2. Criminosos - Porto Alegre (RS). 3. Prisões - Porto Alegre (RS). 4. Crime - Aspectos sociais - Brasil. 5. Violência - Porto Alegre (RS). 6. Segurança pública - Porto Alegre (RS). I. Título.

21-73588

CDU: 343.97(816.5)

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

SUMÁRIO

7 **AGRADECIMENTOS**

9 **PREFÁCIO**, *Michel Misse*

13 **APRESENTAÇÃO**, *Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo*

19 **INTRODUÇÃO**

PARTE 1: A “PAZ” NA PRISÃO

51 **Capítulo 1**
A “paz” entre aspas

71 **Capítulo 2**
Canta, Lili: da busca pela liberdade à gestão das galerias

111 **Capítulo 3**
Dos grupos prisionais aos grupos criminais

149 **Capítulo 4**
“Até os inimigos têm que se aturar”: a manutenção da ordem em meio aos *contras*

PARTE 2: A GUERRA NA RUA

195 **Capítulo 5**
Antecedentes

229 **Capítulo 6**
“Tá louco? Ir no bairro dos *contras*?” Territorialidades da *guerra* no *crime*

257 **Capítulo 7**
“Pros amigos vida longa, pros *contras* só *rajada*”: pertencimento e identidade no *crime*

299 **Capítulo 8**
“*Partiu o atentado*”: usos da violência e as mortes da *guerra*

335 **Capítulo 9**
“É tiroteio *direto e reto*”. Breves considerações sobre coletivos criminais e homicídios em duas capitais

385 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

409 **GLOSSÁRIO**

419 **REFERÊNCIAS**

AGRADECIMENTOS

Na pesquisa, assim como na vida, não se pode caminhar sozinho: uma constelação de encontros, partilhas e trocas de todos os tipos são constitutivos da boa jornada. Aqui, deixo o meu agradecimento aos amigos, familiares e colegas que permearam a trajetória e, de alguma maneira, fizeram parte do processo de imersão que resultou no presente livro. A maioria desses companheiros não poderá ser nomeado. Devido ao papel que tiveram nessa publicação, entretanto, alguns precisam ser mencionados:

Professor Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, muito obrigada pela generosidade com que, mais uma vez, você me acompanhou e me possibilitou aprender com o seu brilhantismo. Sua orientação, ao longo da graduação e do mestrado, legou lições inestimáveis — que transcendem, em muito, o que consta nos trabalhos de conclusão de cada uma dessas etapas. Tais ensinamentos, assim como minha crescente admiração, seguirão sempre comigo.

Professor Michel Misse, não posso agradecer o suficiente pelas inúmeras contribuições ao conteúdo desse livro. Foi um privilégio tê-lo como leitor de meu trabalho e como um integrante da banca de defesa, o que guardo com enorme carinho. Muito obrigada pelos comentários e provocações, pelo estímulo para que eu publicasse a

dissertação e pelo tão gentil aceite — quando o livro não passava de um mero desejo abstrato — em escrever o seu prefácio. Também agradeço às professoras Andrea Ana do Nascimento e Christiane Russomano Freire, que fizeram ricas arguições.

Às professoras e professores do PPG em Ciências Sociais da PUCRS, em especial Rafael Madeira, Teresa Marques, Fernanda Ribeiro, André Salata e Airton Jungblut (em memória), agradeço pelo ensino competente e apaixonado, por meio do qual tanto aprendi, expandi meus interesses e inquietações. Obrigada por terem feito de mim uma cientista social mais competente. Às e aos integrantes do GPESC-PUCRS e do GESEG-PUCRS, pelos incessantes debates e por terem participado no aprofundamento de minhas reflexões. Professora e amiga Clarice Söhngen, sou muito grata por todo o apoio, afeto e estímulo concedido nos últimos anos. Professor e amigo Renato Lima, muito obrigada pela leitura atenta e pelas sugestões preciosas ao trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agradeço pela concessão de bolsa de estudo durante todo o período do mestrado, o que permitiu que eu me dedicasse exclusivamente à pesquisa — e, sem nenhuma dúvida, foi fundamental para a sua qualidade. À Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), muito obrigada pela honra concedida com o prêmio de melhor dissertação do ano de 2020, consolidado com a publicação desse livro. Também agradeço a todas e todos envolvidos na organização do concurso, pareceristas e membros do júri. Muito obrigada à Mariana Nada e à equipe da Hucitec pelo trabalho de edição primoroso. Ao querido amigo Martino Piccinini, agradeço pela maravilhosa arte da capa.

Às amigas Larissa, Luiza e Tamires, obrigada por tudo aquilo que não precisa ser dito (e, ainda assim, seguimos insistindo em dizer). À minha família, em especial à minha mãe e ao meu pai, agradeço pelo amor que não encontra limites, pelo incansável encorajamento e por fomentarem em mim a solidariedade, a curiosidade e a indignação.

Por fim, serei sempre grata às e aos interlocutores da pesquisa, assim como a todos e todas que contribuíram com a sua realização. Muito obrigada pelo diálogo e, principalmente, pela confiança.

PREFÁCIO

Michel Misse

Não posso negar que foi surpreendente, para mim, ler a Dissertação de Mestrado de Marcelli Cipriani como membro de sua banca examinadora. Não era apenas mais uma boa dissertação, entre tantas que examino no dia a dia das atividades acadêmicas. Tratava-se, na verdade, de um texto que nada devia ao nível esperado de uma tese de doutorado. Dividida em duas partes, a da pacificação nas prisões e a da guerra nas ruas da Porto Alegre contemporânea, o texto apresentava, narrado em bom português, o resultado do trabalho de campo realizado pela autora tanto em um quanto em outro espaços sociais do “mundo do crime” da capital gaúcha. Não bastasse isso, ainda “conversa” e “compara” os seus resultados com os dos pesquisadores que, em São Paulo, pesquisaram o PCC, além dos pesquisadores que iniciaram esse campo de estudos no Rio de Janeiro e, depois, em outras cidades. Sob a orientação atenta do prof. Rodrigo

Ghiringhelli de Azevedo a dissertação elevava-se para além de minha admiração.

Aí está, agora em livro, premiado pela ANPOCS como a melhor Dissertação de Mestrado, a confirmação pública de minha perplexa avaliação. Os leitores poderão constatar que não se trata apenas de uma exposição das ocorrências que, em Porto Alegre, levaram da primeira Falange Gaúcha às rebeliões prisionais, depois ao surgimento das várias facções, à associação de grupos antes rivais em proveito de sua luta contra outras associações de grupos (*embolamentos*) e, finalmente, do desenvolvimento da luta de vida e morte entre os *Bala na Cara* e os *AntiBalas*. Ao emaranhar a exposição do trabalho de campo com as principais questões sociológicas levantadas na bibliografia especializada e ao estender comparativamente esse recurso aos trabalhos pioneiramente feitos no Rio de Janeiro e, depois, em São Paulo, como pontos de apoio para as suas próprias reflexões sobre o caso de Porto Alegre, a autora nos oferece um rico e sistematizado painel dos avanços e dilemas alcançados em seu próprio trabalho bem como nos trabalhos com os quais se relacionou em sua pesquisa.

Desde que Alba Zaluar, ainda nos idos de 1980, realizou sua pioneira pesquisa na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro e foi confrontada com a “novidade” da associação de jovens para o varejo do tráfico de cocaína com disposição para a violência letal (na guerra “entre eles” e em relação à polícia) multiplicaram-se as pesquisas e os estudos sobre esses coletivos criminais em várias capitais e cidades brasileiras. Criados dentro do sistema prisional, esses coletivos prisionais foram primeiramente estudados por Edmundo Campos Coelho, no Rio de Janeiro, e Antônio Luiz Paixão, em Belo Horizonte, no início dos anos 1980. Nesses quarenta anos de produção principalmente sociológica e antropológica, de temas criminológicos, toda uma área temática consolidou-se nas ciências sociais no Brasil, capacitando-nos a uma interlocução com nossos colegas latino-americanos, norte-americanos e europeus sobre questões que, antes, eram raras na bibliografia brasileira. Por quê eram raras? Não havia gangues e redes criminais no Brasil antes dos anos 80? Não havia

criminalidade no Brasil? É evidente que havia e temos aí uma relevante questão ainda a ser tratada.

Hoje os estudos e pesquisas sobre criminalidade, coletivos criminais e a violência no Brasil já abarcam as principais cidades brasileiras. Mas demorou a “pegar”. Primeiro veio o Rio, nos anos 80 e 90, depois São Paulo, nos anos 2000, Belo Horizonte, depois várias capitais do Nordeste, algumas cidades do Sul... finalmente Porto Alegre! Alguns dizem que as pesquisas sobre a criminalidade nas ciências sociais demoraram a acontecer porque não é uma “área nobre” de pesquisas... Outros enfatizaram o afastamento da academia em relação à polícia, que decorreu da ditadura militar. Outros ainda chamaram a atenção para o tardio investimento acadêmico na criminologia, no Brasil, quando em outros países esse investimento científico é muito elevado. Roberto Kant de Lima, outro dos pioneiros nos estudos sobre a polícia e o sistema judicial, tem chamado a atenção para a baixa capacitação dos alunos de Direito para a pesquisa empírica e para as questões sociais que ultrapassam a mera dogmática jurídica. Debatedores de doutrinas do direito deflacionaram a capacidade crítica e teórica que, em outros países, acompanha a formação jurídica. Quantos estudos e pesquisas foram realizados nas ciências sociais, no Brasil, sobre a organização do jogo do bicho, sobre as redes de contrabando, sobre as diferentes formas de criminalidade convencional — todas essas formas dominantes antes que os assaltos a bancos e os sequestros dos anos 1970 e o varejo de cocaína a partir dos anos 1980 — encerrassem essa indiferença acadêmica pelo assunto. Essa é uma questão interessante que demanda uma pesquisa, pois pode ser muito esclarecedor sobre o antes e o depois da emergência dos coletivos criminais que hoje estão em toda parte.

Ao mergulhar nas duas pontas do “mundo do crime” em Porto Alegre, a prisão e as ruas, este livro de Marcelli Cipriani atualiza o conhecimento sociológico sobre as gangues e suas redes, sobre seus efeitos de violência e sobre as motivações nem sempre coerentes que aglutinam jovens nessas práticas, bem como demonstra que esse é um mundo que segue regras, que incorpora racionalidade econômica, mas também se move

em identidades guerreiras, prontas a matar e a morrer, em ódios fincados na experiência da miséria prisional e nos horizontes da revolta numa sociedade profundamente desigual. As diferenças, os contrastes e também o que há em comum com outras cidades brasileiras são trabalhadas no próprio movimento de expor o caso de Porto Alegre. Ao final da leitura, concluiremos que este livro não fica nada a dever aos melhores estudos produzidos nessa área temática até agora.

APRESENTAÇÃO

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Entre os temas de pesquisa do campo dos estudos sociocriminológicos, vem ganhando destaque no Brasil as investigações sobre as facções ou coletivos criminais, grupos surgidos ou potencializados pelo encarceramento em massa de jovens moradores de periferia. O debate sobre estes grupos no contexto carcerário não é novo. Na criminologia norte-americana, desde a primeira metade do século XX já eram discutidas as questões da prisionização e das subculturas criminais. No Brasil, depois de trabalhos pioneiros sobre a vida na prisão na década de 1970, como os de Julita Lemgruber e José Ricardo Ramalho, o tema ganha relevância com o fenômeno das facções criminais que passaram a gerenciar o mercado de drogas no Rio de Janeiro, a partir dos 80, disputando espaço com o jogo do bicho e alterando as relações sociais e a produção identitária nas favelas.

A partir dos anos 1990, já no âmbito de uma nova ordem constitucional e democrática, o surgimento do Primeiro

Comando da Capital em São Paulo, com características muito específicas (maior poder de arregimentação, uma ideologia mais explícita de organização do “mundo do crime”, monopolização dos mercados ilegais e da representação dos presos, no estado com quase a metade da população carcerária do país), abriu um novo campo de investigações, sobre o qual se debruçaram pesquisadores de grande competência, já vinculados a um campo de pesquisa mais consolidado, como Fernando Salla, Camila Nunes Dias e Gabriel Feltran.

No Rio Grande do Sul, o tema das facções criminais começou a ser tematizado pela imprensa gaúcha, dando conta do surgimento de grupos organizados já desde os anos 80, e inspirados no Comando Vermelho, como a precursora Falange Gaúcha, e depois os Manos, os Brasas, os Abertos, os Bala na Cara e os V7, para falar apenas de alguns dos principais coletivos articulados dentro e fora do contexto carcerário da Grande Porto Alegre. A obra Falange Gaúcha, de Renato Dornelles, publicada em 2008, faz o relato do surgimento e desenvolvimento destes primeiros agrupamentos. O documentário Central, dirigido por ele e Tatiana Sager, retrata o cotidiano das relações na Cadeia Pública de Porto Alegre, o famoso Presídio Central, um dos mais povoados da América Latina.

São esses alguns dos antecedentes do trabalho desenvolvido por Marcelli Cipriani, como dissertação de mestrado defendida no PPG em Ciências Sociais da PUCRS, agora publicado. Fruto de um trabalho de pesquisa que envolveu enorme dedicação e capacidade, tanto de dar conta de um tema teoricamente exigente, na fronteira entre Sociologia, Antropologia e Criminologia, quanto para investigar empiricamente os meandros das relações entre grupos criminais e a administração carcerária. Não por acaso, o trabalho ganhou o prêmio ANPOCS de melhor dissertação de mestrado do ano de 2019, conferido em 2020 por júri internacional que avaliou toda a produção nacional dos programas de pós-graduação em Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Ciências Sociais do Brasil.

Marcelli já vinha acompanhando as questões relacionadas com coletivos criminais e encarceramento em Porto Alegre

desde as duas graduações que cursou, em Direito na PUCRS e em Ciências Sociais na UFRGS, cujos trabalhos de conclusão já preparavam a base teórica e empírica para voos maiores e denotavam o surgimento de uma jovem e promissora pesquisadora, sobre um tema central para as questões relacionadas com segurança pública, violência e democracia.

Ingressando no mestrado em Ciências Sociais na PUCRS em 2018, onde já integrava o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC), Marcelli articulou seu projeto de pesquisa em torno das relações entre os coletivos criminais e as taxas de homicídio em Porto Alegre. A partir de 2016, um grande número de homicídios se concentrou em alguns bairros da cidade, conhecidos pela presença de facções criminais. Algumas das características desses crimes sugeriam que algo estava se movimentando nas relações entre os grupos que operavam no “mundo do crime” na cidade.

Ao mesmo tempo, na Cadeia Pública de Porto Alegre os homicídios entre presos vinham caindo consideravelmente. Analisando o universo social da prisão, bem como o cenário dos bairros do município, a pesquisadora buscou compreender a coexistência entre um processo de “pacificação” interna e a emergência de um ciclo de mortes em disputas entre grupos do lado de fora da cadeia.

Para dar conta do fenômeno, Marcelli realizou um grande número de entrevistas em profundidade com presos, policiais, operadores do sistema de justiça criminal (juízes, promotores, defensores), adolescentes cumprindo medida socioeducativa em meio fechado e aberto e moradores de periferia. Coletou dados através da observação direta em bocas de venda de drogas e do acompanhamento de grupos online de moradores de bairros com forte presença de coletivos criminais, da sistematização de conversas informais e da análise documental.

Construindo um sólido referencial teórico de análise, articulando desde estudos clássicos da Criminologia e da Sociologia da Punição com expoentes da Teoria Social Contemporânea e da emergente Sociologia da Violência no Brasil, Marcelli constata que, com a guerra e a partir das negociações internas ao presídio,

o crime polarizou-se entre dois grandes “embolamentos” — os Bala na Cara e os Antibala — redimensionando conflitos locais e englobando os grupos da capital em torno do binômio aliados e contras. A reordenação dessas dinâmicas provocou impactos para a circulação urbana da juventude periférica do município, acirrou a produção de identidades coletivas e alterou os padrões para o uso da violência, que se tornou mais extremo e adquiriu um caráter simbólico mais explícito. Por meio de ataques sistemáticos (os “atentados”), em uma lógica de enfraquecimento moral e simbólico do “embolamento” inimigo, ampliaram-se as vítimas em potencial e foi inaugurado um ciclo de acumulação da violência.

Ao mesmo tempo, a “pacificação” da prisão decorreu não da exclusão do uso da violência como recurso estruturante dos grupos, mas de acordos feitos com os agentes do Estado, acomodando interesses a partir do reconhecimento, tanto pelos presos quanto pela administração carcerária, de que a guerra existe, mas só pode ser travada na rua. Assim, a “paz” resultou da priorização, pelos coletivos, dos benefícios da manutenção dos fluxos entre a prisão e o mundo externo, o que contribuiu para que substituíssem a lógica do domínio exclusivo do espaço prisional pela do gerenciamento de seus “contras” — utilizando o espaço, a autonomia e o poder internos, pactuados com a administração em troca da manutenção da “ordem”, para se fortalecerem na rua e capitalizarem-se no crime.

Trazendo luzes para uma dimensão até então pouco estudada da realidade social e prisional gaúcha, o trabalho de Marcelli aponta para questões essenciais, tanto no sentido de uma agenda de pesquisa para a Sociologia da Punição, quanto para o debate sobre os resultados do superencarceramento resultante da chamada guerra às drogas, a produção de identidades juvenis vinculadas ao mundo do crime e o funcionamento das instituições de controle punitivo.

Se de um lado o trabalho nos permite vislumbrar um terreno pouco explorado pelos estudos sociológicos empíricos, inclusive pela dificuldade da pesquisa em contextos criminais, de outro nos apresenta avanços importantes na construção conceitual e analítica para a sua abordagem e interpretação. Se de um

lado o trabalho nos apresenta uma descrição densa das dinâmicas e interações dos agrupamentos criminais com os operadores das instituições de controle, marcado pela precariedade e a negociação permanentes, com maior ou menor recurso à violência estatal ilegal e ao endurecimento do controle como moeda de troca, de outro nos deixa diante de um dos grandes impasses da democracia brasileira: como lidar com a disseminação de culturas criminais juvenis, produzidas em grande medida pelos próprios mecanismos de controle punitivo, que se relacionam com diversas esferas de ilegalidades, como o mercado de drogas e armas, o furto e o roubo de veículos e celulares, até as instâncias de exercício de poder, como as polícias e a justiça penal, as milícias urbanas e os escaninhos do sistema político/eleitoral.

Por tudo isso, é uma satisfação para mim ter podido acompanhar a trajetória desta talentosa pesquisadora, e contribuir de alguma forma com o seu trabalho, por meio do diálogo e do incentivo para sua carreira acadêmica, que recém se inicia, mas já de forma brilhante e marcante para todos os que têm interesse pelas questões aqui abordadas. A publicação do trabalho é uma grande contribuição para dar publicidade ao que é produzido, com qualidade, pelas ciências sociais no Brasil, tão atacadas e desmerecidas nos últimos tempos, mas imprescindíveis para que possamos encarar de frente as nossas mazelas. Mas também para contribuir, de forma cientificamente qualificada (haja vista o reconhecimento acadêmico do trabalho) com um debate que é central para que possamos desvendar a esfinge de uma sociedade que se pretende (ainda) democrática, mas que teima em permanecer vinculada a dinâmicas de autoritarismo socialmente implantado, vitimizando jovens e perpetuando espirais de violência que colocam comunidades inteiras à margem do que se poderia chamar de um Estado Democrático de Direito, descreditando as instituições e contribuindo para a ascensão de messias, de milícias e de ordens religiosas que se alimentam da insegurança, do medo e da descrença na democracia.

Porto Alegre, inverno de 2021.

INTRODUÇÃO

Vou fazer um rápido relato de como tudo aconteceu. Por volta das dez horas dessa manhã, nove apenados do Presídio Central iniciaram um motim e, de imediato, tomaram de 22 a 30 funcionários do presídio, e ficaram instalados no IBC [Instituto de Biotipologia Criminal]. Fortemente armados, eles começaram a fazer exigências com uma única intenção: a de deixarem o presídio. As exigências foram relatadas há pouco pela Secretária da Justiça Rejane Brasil Filippi, de fornecer dois automóveis Monza de tanques cheios, para levar três reféns em cada um. Por volta do meio dia esses carros chegaram e estão estacionados aqui, no pátio do Presídio Central. Eles pediram, também, para liberar a área para fuga [e] que os presidiários não sejam perseguidos, não tenham seus automóveis perseguidos. A intenção deles é deixar o país e esperar a intermediação da Secretária da Justiça Rejane Brasil Filippi. Isso realmente aconteceu, e desse motim já resultaram duas mortes: a morte de um preso e a morte de um agente penitenciário (Vitor Bley de Moraes, 1987).

COORDENADAS

O relato anterior, feito por um repórter da Rádio Gaúcha, trata do motim que se instaurou no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA)¹ em 28 de julho de 1987. No decorrer daquele dia, ele e muitos de seus colegas iriam se amontoar ao redor do Central com a intenção de cobrir o evento que durou quase dez horas e apenas terminou com a fuga dos oito presos envolvidos. Coincidentemente, o Instituto de Biotipologia Criminal ficava muito próximo à cerca externa do presídio, o que facilitava as tentativas de contato feitas pelos profissionais da imprensa. Em certo momento, espremido na cerca e distante pouco mais de um metro da janela onde os amotinados faziam aparições periódicas, um jornalista perguntou, ao vivo, quais eram suas intenções. Os ouvintes que estavam acompanhando a transmissão escutaram uma resposta clara e direta: “nós queremos ir embora. Nós queremos liberdade”. Ao longo dos minutos seguintes, os radialistas seguiam recebendo e partilhando informações sobre Prego, Vico, Carioca e seus companheiros: “esses oito são assaltantes de banco”. “Eles têm penas muito grandes”. “São perigosos”.

No contexto do Rio Grande do Sul, o motim de 1987 representa o marco concreto de um fenômeno que, antes ou depois desse ocorrido, viria a ser identificado em muitas prisões brasileiras. No *Casarão* de Porto Alegre, a principal unidade prisional do Estado, o passo inicial desse processo foi dado com a criação da Falange Gaúcha,² grupo resultante de um pacto feito por catorze presos no Central em meados dos anos 1980 e cujo primeiro de muitos grandes atos foi a fuga bem-sucedida na-

1 Embora tenha se tornado Cadeia Pública de Porto Alegre (CPPA) em 2017, o Central segue acolhendo presos já condenados (e, portanto, operando como um presídio). No livro, utilizo ambos os termos para me referir à unidade prisional, assim como suas siglas e o apelido *Casarão*.

2 O jornalista, escritor e diretor Renato Dornelles é autor do livro-reportagem *Falange Gaúcha*, a principal obra publicada sobre o grupo e que serviu de inspiração para o excelente documentário *Central*.

quele 28 de julho. Os fragmentos da cobertura feita pela Rádio Gaúcha que seguem disponíveis dão conta de ilustrar algumas das principais características do agrupamento — composto por assaltantes de bancos, cargas e carros-fortes com longas penas a cumprir e cujo vínculo se estabelecia, antes de mais nada, em torno da busca de um valor que também perpassa as práticas constitutivas de coletivos em outros lugares: a liberdade.

O desejo de ir embora engatilhou, entre os pactuantes, a intenção de trabalharem juntos na criação de planos de fuga e de motins que pudessem resultar em sua saída da prisão. Mas o acordo foi além da colaboração nos planejamentos, estabelecendo caminhos para que o grupo pudesse se consolidar dentro e fora da prisão. Considerando a dimensão das relações internas, a aliança previa que os presos libertos se comprometessem a remeter dinheiro àqueles que seguiam encarcerados, o que era uma forma de contribuir para que a vida dos companheiros fosse menos dura (por exemplo, pela compra de vantagens e a corrupção de agentes públicos), de possibilitar seu acesso a drogas ou de financiá-los com armamento a ser utilizado em fugas vindouras. No evento de estreia pública da Falange, um dos amotinados gritou aos jornalistas que cada preso carregava consigo dois revólveres e uma pistola — os quais, supostamente, haviam sido enviadas de fora do Estado por um participante do grupo que estava foragido.

A emergência da Falange Gaúcha também trazia implicações do ponto de vista da organização do crime, pois juntava, em um mesmo agrupamento, os grandes assaltantes do Estado e o traficante que tinha controle do mercado de drogas no Morro da Cruz — que era, então, a principal área de sua comercialização na capital. Com isso, eles pretendiam usar o lucro obtido com o tráfico para armarem-se para assaltos, cujos rendimentos ajudariam na compra de drogas para revenda. Assim, a associação entre os presos imiscuía a solidariedade no anseio universal pela liberdade e em objetivos instrumentais e logísticos, prevendo impactar tanto o cenário prisional quanto as incursões criminais do grupo fora da prisão.

As décadas que separam a Falange das atuais dinâmicas do crime local foram palco de intensas transformações, que podem ser observadas em distintas escalas: desde as *galerias* prisionais e as *bocas* de venda de drogas, até as transações estabelecidas entre agentes consideravelmente separados no tempo-espço. Em paralelo à ascensão e extinção do grupo porto-alegrense, ao aparecimento de novos grupos e às continuidades e rompimentos que acompanharam esses processos, outros Estados do país também testemunharam o surgimento de coletivos que, manifestando-se nos presídios e em bairros periféricos de grandes municípios, tornaram-se agentes relevantes da criminalidade urbana, impactando cotidianos de grandes contingentes populacionais, arranjos institucionais e respostas estatais diante do crime.

Com o passar do tempo, esses grupos avançaram para todas as unidades federativas — e, em muitos dos casos, promoveram alterações no formato e nos propósitos de sua organização coletiva, nas táticas empregadas para atuação, consolidação ou expansão mercantil, em suas racionalidades normativas e modos de agir com e contra as instituições do Estado. Grupos mais antigos — como o carioca Comando Vermelho (CV), o paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) e o gaúcho os Manos — já sobreviveram a mais de uma fase e seguem adquirindo contornos diferentes de acordo com o grau de hegemonia que possuem, as particularidades do conflito urbano de cada local e a escala territorial em que se fazem presentes. No âmbito desse quadro de variáveis, ainda que as facções tenham papel de destaque na representação da violência urbana, os usos e desusos que fazem da violência são oscilantes — e os grupos podem tanto contribuir para agravar o conflito violento como participar da produção da ordem social.

Neste livro, fruto de minha dissertação de mestrado,³ abordo a manifestação das facções de Porto Alegre enfatizando sua

3 Defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) no ano de 2019 e orientada pelo professor Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo.

relação com a violência letal ao longo do tempo. Procuo, nos capítulos seguintes, reconstituir e analisar o caldo de relações sociais que possibilitou a coexistência entre o que meus interlocutores chamaram de a “pacificação” do Presídio Central e a *guerra* das facções nas ruas. O enigma que me orientou durante a escrita do trabalho foi a constante e progressiva queda das mortes cometidas no PCPA — comuns nas décadas de 1980, 1990 e até o início dos anos 2000 — juntamente do que, de início, se tratava de uma mera impressão sobre o aumento e a brutalidade da violência nas *vilas* do município. Fui formulando-o e adquirindo clareza sobre os seus desdobramentos ao longo das etapas ora sucessivas e ora simultâneas da pesquisa — enquanto buscava, em uma miríade de lugares e agentes, pistas que me permitissem entender processos diacrônicos e produzir sínteses explicativas.

A história dessas inquietações começa em 2015, quando acessei o Central pela primeira vez com o objetivo de escrever uma monografia sobre grupos prisionais. No decorrer dessa experiência, logo entrei em contato com depoimentos de presos que ressaltavam, nesses termos, a “paz na prisão”. O teor de seus relatos foi corroborado por policiais militares que atuam na administração do presídio e na gestão dos presos, além de por outros interlocutores — como juízes, defensores públicos e promotores. Todos eles apontavam que os antigos homicídios cometidos entre detentos, os ataques e tentativas de *tomada de galerias* protagonizados por grupos rivais, as rebeliões, os motins e até a hostilidade com os guardas haviam ficado no passado. Conforme os entrevistados, os presos não se expressavam mais por meio da violência — nem diante dos atores estatais, nem diante dos demais presos.

O estado de “pacificação” me gerou, a princípio, estranheza. Assim como visto na imensa maioria das unidades prisionais brasileiras, as condições de vida no Central eram e seguem sendo insustentáveis, e um sem-fim de violências se inscrevem e acumulam em um ambiente sufocante em decorrência da superlotação. Conquanto os presos tolerem a precariedade até certo ponto, essas foram questões que, no histórico das prisões do Estado, já

justificaram a promoção de muitos atos de protesto. Outras motivações antigas, como a dificuldade para progredir de regime (apesar de cumpridos os requisitos necessários) e as eternas penas provisórias ainda estão presentes, mas tampouco incitam reações violentas. Mais do que isso, eu sabia que, naquela prisão, havia inúmeros coletivos criminais rivais — e, não só no passado do PCPA, mas no presente de prisões situadas em outros lugares do Brasil, esse foi um gatilho para homicídios encomendados, massacres violentos ou cadeias de ataques recíprocos.

Será que os grupos do Central haviam abandonado a rivalidade no *crime*⁴ e cessado suas disputas? Teriam eles alienado o uso da violência física na resolução de conflitos e na constituição de regimes de poder? Haveriam incorporado, em sua estrutura, outros elementos para significar e legitimar práticas sociais? Minha desconfiança sobre um suposto equilíbrio nas relações do *crime* na capital foi reforçada pouco tempo depois: no mês de janeiro de 2016, inúmeros homicídios se espalharam, em efeito dominó, por algumas áreas de Porto Alegre, elevando ao limite a sensação de insegurança. Naquele momento, embora os jornais mencionassem uma genérica “guerra do tráfico”, o entendimento sobre a *guerra* ainda não circulava abertamente (e eu tampouco tinha ideia do que estava acontecendo). Segundo os relatos que, mais tarde, ouvi de moradores desses lugares, os quais vinham sendo territorializados por grupos criminais ao menos desde os anos 2000, a intensidade com que a violência irrompera durante o período não tinha precedentes.

Ao final de dezembro, com a divulgação dos indicadores criminais pela Secretaria de Segurança Pública, as hipóteses dos moradores foram confirmadas: desde o início da década de 1980, 2016 foi o ano em que houve maior número de homicídios no município. De acordo com os dados publicados pelo

4 *Crime* ou “mundo do crime” (cf. Feltran, 2008), aqui entendido como um espaço de sociabilidades que, embora tenha os negócios ilícitos como ponto de referência, participa da produção de identidades e atravessa estilos de vida, comportamentos e hábitos que ultrapassam, em alcance, os atores que neles se engajam. No Rio Grande do Sul, a expressão *envolvido no crime* costuma ser utilizada para indicar diferentes graus de participação nas dinâmicas de facções (cf. Cipriani & Koerich, 2020).

Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2015 e 2016 houve aumento de 20,3% nos homicídios ocorridos em Porto Alegre, com as taxas para cada 100 mil habitantes passando de já elevados 44 para críticos 52,9.⁵ Em 2019, seguindo a tendência de queda nacional — e, especialmente, espelhando as mudanças ocorridas nas dinâmicas de conflito das facções locais — essa taxa caiu para 21,8, quatro pontos acima da média das capitais. Já em 2016, o município superou o dobro da média nacional, ocupando o posto de quinta capital mais violenta do país. Incólume aos números da *guerra*, a “paz” permanecia na prisão, como segui escutando durante entrevistas feitas no transcorrer daquele ano.

Durante a sucessão de meses em que as notícias sobre mortos não arrefeciam, a imprensa ressaltava que as disputas de território e as guerras pelo mercado das drogas, protagonizadas pelas facções, eram as responsáveis pelos homicídios. De fato, associações entre facções e homicídios já foram sugeridas em inúmeros trabalhos acadêmicos ocupados com distintos contextos socioespaciais — e que destacam, para justificá-la, fatores como a desconfiança existente nos mercados ilegais, a ausência de tutela estatal para transação dos bens ilícitos, a larga presença de armamento balizando essas relações sociais e os próprios conflitos territoriais abarcando grupos de variadas dimensões. Todavia, não há como transpor, de forma automática, o aumento de homicídios em dado local à presença e às dinâmicas de coletivos criminais. Esse é um delito multicausal e acerca de suas variações incidem desde elementos estruturais a uma ampla gama de motivações próprias às experiências dos agentes — dimensões que, em verdade, nutrem relação mútua e não podem ser dissociadas, o que adiciona ainda maior complexidade à questão.

Na Porto Alegre de 2016, entretanto, havia indícios sugerindo não só que o aumento de homicídios era sensível às dinâmicas de facções, mas que estava refletindo mudanças recentes

⁵ Os dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS) são ligeiramente mais altos, indicando uma taxa de 53,5 homicídios para cada 100 mil habitantes.

no crime local. O ciclo de mortes, especialmente observado em bairros de uma região de poucos quilômetros de extensão (embora visível em inúmeros outros), não parecia ser democrático: em regra, as fatalidades retratadas nos jornais alcançavam homens jovens que viviam nessas áreas de periferia. De outro lado, ainda que as vítimas apresentassem certas marcas corporais claras, algumas delas pareciam ter sido escolhidas de forma genérica: ou nunca haviam se *envolvido* no *crime*, tendo sido sequestradas e posteriormente mortas enquanto caminhavam por seus bairros de moradia, ou eram atingidas em locais públicos por tiros dados a esmo. Crimes contendo mais de uma vítima, alvejadas por carros que passavam atirando, tornaram-se recorrentes. Ademais, já nos primeiros meses do ano, decapitações e esquartejamentos — até então incomuns na capital — passaram a ser noticiados e os vídeos dessas mortes começaram a circular por redes sociais e grupos de WhatsApp.

Os padrões para o uso da violência, muito mais extremos, as táticas empregadas para o cometimento de homicídios e as particularidades de seus alvos — que, não raro, aparentavam ser aleatórios — sugeriam que, nas ruas, o *crime* se encontrava muito distante da “paz” vigente na prisão. Com o avançar da pesquisa, atravessamentos existentes entre permanências e mudanças nas redes do *crime* ficariam cada vez mais visíveis, sendo possível perceber que esses elementos compunham um rearranjo das dinâmicas, alianças e rivalidades dos coletivos de Porto Alegre, integrando o evento que ficou conhecido como a *guerra* — cuja incidência, inicialmente localizada, transbordou pela capital e englobou seus agrupamentos como um todo.

Esse período do *crime*, que começou em janeiro de 2016 e esmoreceu apenas em 2018, traria implicações importantes para as relações entre os grupos criminais e seus integrantes, assim como para os moradores de periferias — e, dentre eles, especialmente para os jovens. Nos trânsitos rotineiros da juventude periférica, o estado de guerra foi incorporado como uma constante a ser considerada para a manutenção da integridade física, perdurando para além da diminuição da frequência e intensidade dos atos constitutivos do conflito. A *guerra* também adentraria a prisão, gerando

uma série de consequências às dinâmicas no Central. Nesse caso, todavia, elas não diziam respeito à tensão permanente em torno de manter-se vivo — preocupação que, em geral, podia até ser deixada do lado de fora dos muros do cárcere.

À semelhança de Porto Alegre, o sistema prisional de São Paulo também se “pacificou”: a explosão de instabilidades que acompanhou o surgimento do PCC começou a cair gradualmente até assumir, na segunda metade dos anos 2000, frequência pontual e episódica. A queda de turbulências nas prisões do Estado resultou de reordenações substanciais vividas pelo grupo a partir da virada do século, que assumiu maior racionalidade na regulamentação de conflitos e, com isso, se tornou menos dependente do exercício público da violência (Dias, 2011). A emergência de um novo padrão de emprego da violência pelo PCC, com menor frequência do uso dos homicídios como forma de punição, teria incidido profundamente no universo carcerário. Em paralelo, acordos pautados com atores estatais teriam contribuído com a queda das intensas rebeliões que vinham sendo efetuadas até então, com capacidade de mobilização cada vez mais elevada entre os presos (Godoi, 2017).

Em São Paulo, porém, a ascensão do PCC como agente de estabilidade do sistema prisional coincidiu com outro fenômeno, que ultrapassa o cárcere: entre 2001 e 2007 os assassinatos diminuíram 60,1% (Cerqueira, 2011) no Estado, enquanto no município o declínio foi superior a 70% (Ruotti, 2016; Feltran, 2018). Daí em diante e com exceção de um ou outro momento, as taxas seguiram caindo de forma constante. Em face da multicausalidade dos homicídios, não surpreende que sejam apontadas distintas hipóteses explicativas para essa redução. Variáveis como renda per capita, desigualdade de renda, proporção de homens jovens na população, aumento do efetivo policial e da taxa de encarceramento, por exemplo, tiveram relevância destacada (Cerqueira, 2011), bem como foram consideradas as condições do mercado de trabalho, a circulação de armas de fogo, do aumento da taxa de atendimento escolar e da lei seca (Justus, Kahn & Cerqueira, 2016).

Sem necessariamente ignorar fatores como esses, alguns pesquisadores, em especial etnógrafos com imersões de longa

duração em periferias urbanas, têm aventado razões menos ortodoxas para compreender a queda dos homicídios. Coerentes com uma perspectiva atenta à estruturação de sistemas sociais, aqui tomada como um fazer e refazer de formações sociais e culturais mais amplas (Giddens, 2013), essas são análises feitas *desde baixo* e a partir da ênfase em discursos e práticas sociais cotidianas. No centro desses apontamentos está o PCC — que, desde sua emergência, tornou-se um ator coletivo relevante nas dinâmicas carcerárias paulistas (Jozino, 2017). Nos presídios, a presença do grupo passou a operar como uma instância de regulação e mediação de conflitos, vetando a extorsão de presos e a venda de celas, afastando a possibilidade de violência sexual e o uso de crack, retirando de cena a posse de objetos cortantes e, pela apropriação de um mecanismo chamado debate, proibindo que fossem cometidos homicídios por qualquer razão (Biondi, 2009; Dias, 2011; Marques, 2009).

Após um período de conquistas e negociações que possibilitou a expansão da influência política do grupo para além das prisões, essa costura de regras sociais teria levado a mudanças estruturais no *crime*, contribuindo para que as formas de gestão da ordem, outrora violentas, se estabilizassem. Os procedimentos postos em ação pelo PCC, que incorporavam a hegemonia política a uma dimensão normativa — na qual o uso da violência física pressupunha o aval do grupo — levaram à interrupção de cadeias de vinganças privadas, estancando seus recorrentes ciclos que, até então, eram frequentes nas periferias paulistas (cf. Telles, Hirata, 2010; Telles, 2010; Feltran, 2008a, 2018; Hirata, 2010; Biondi, 2014; Willis, 2015).

Com a pretensão de aproveitar tal debate e de contribuir para o seu avanço desde outro contexto empírico, elegi privilegiar, neste livro, a literatura sobre o PCC em São Paulo — embora sem produzir um estudo comparativo. Essa é uma escolha que precisa ser justificada, especialmente porque muitas características remetidas ao grupo paulista, ou estratégias estatais utilizadas para lidar com sua influência nas dinâmicas do crime, refletem aspectos que foram, antes, observados no Rio de Janeiro. Também porque a Falange Gaúcha, que emergiu antes do PCC, não

só inspirou sua nomenclatura na Falange Vermelha (como eram chamados, pela imprensa, os Leis de Segurança no Presídio de Ilha Grande), mas importou ideias associadas ao Comando Vermelho para constituir-se. Não é coincidência que um dos principais pactuantes do grupo no Central era apelidado de Carioca, nem foi aleatória sua decisão de criar uma caixinha financeira para os companheiros na prisão — o que já havia sido proposto pelos presos em Ilha Grande.

A cena criminal do Rio de Janeiro e a do Rio Grande do Sul, ao menos quanto ao tráfico de drogas a varejo, têm paralelos muito mais pronunciados, desde no que tange às características dos coletivos, até no que diz respeito à sua multiplicidade — que tende a favorecer os conflitos. Por sua vez, os padrões observados para a violência letal em Porto Alegre e em São Paulo parecem ter se constituído temporalmente de forma invertida: se na década de 1990 as periferias paulistanas viviam a “época das guerras” (Feltran, 2018, p. 289), a capital gaúcha não conhecia o “estado de guerra entre as gangues” (Shirley, 1997, p. 225). Enquanto hoje, em São Paulo, “não pode mais matar” (Feltran, 2012, p. 240), em Porto Alegre, segundo um de meus interlocutores, “o bagulho não tá nem mais pro tráfico, só tá por matar”. Assim, a atenção à constituição e consolidação do PCC nos presídios, bem como ao transbordamento de sua presença para o espaço urbano, fornece subsídios para uma reflexão calcada no contraste — capaz de sugerir pistas para que aspectos mais amplos, sistêmicos, possam ser eventualmente pensados a partir dos diferentes cursos de conduta e práticas sociais reproduzidas pelos agentes, tanto os *envolvidos no crime*, quanto os que participam das instituições estatais.

O livro está organizado em duas grandes partes, que correspondem aos eixos centrais do trabalho: a “paz” na prisão e a *guerra* na rua. Ao longo da primeira parte, faço uma análise histórica do universo social da prisão, recuperando o processo compreendido entre o surgimento da Falange no Central — acompanhado de incessantes “turbulências” como motins, rebeliões e homicídios entre presos — até a acomodação atual das relações sociais internas, que desvelou na “pacificação” do estabelecimento. No primeiro capítulo, minha intenção é contextualizar

o uso da palavra “paz” — que soa, acertadamente, como uma contradição aos termos de violência, abuso e arbitrariedade que atravessam as prisões por excelência. Por isso, exponho a permanência dessas violações ao longo do processo de “pacificação” para qualificá-la, estritamente, com a ausência de determinados tipos de instabilidades que eram corriqueiras no passado.

Os demais capítulos se referem às facções de Porto Alegre no espaço prisional. No segundo, exponho o surgimento da Falange como grupo orientado centralmente pela busca da liberdade, além de sua extinção e a criação de outros grupos, já imbuídos da pretensão de controlar galerias no Central. Esse processo é analisado junto às táticas empregadas por policiais a fim de assegurarem a “ordem” na prisão, já que a manifestação dos grupos não pode ser pensada sem que se leve em conta a atuação dos agentes estatais. Isso não significa que os grupos devem ser estudados desde a perspectiva do Estado ou dos atores institucionais, mas que os policiais operacionalizam práticas cotidianas que fazem parte das “regras do jogo” da prisão, participando da construção dos termos e das possibilidades que são abertas ou criadas para a ação e reação dos presos. No terceiro capítulo, apresento a passagem dos antigos grupos prisionais — cujas pretensões orientavam-se para o interior da prisão — aos grupos criminais, que vinculam, de forma indissociável, interesses entre o dentro e o fora. No último, enfim, me ocupo com o instável equilíbrio alcançado no Central entre os diferentes grupos criminais, bem como entre eles e os policiais que administram o presídio. Como resultado, a natureza da “pacificação” prisional pode ser posta em perspectiva, tornando-se mais claras as razões para que ela não tenha sido sustentada do lado de fora dos muros carcerários.

Na parte seguinte, busco reconstituir o processo que resultou na *guerra*, a fim de compreender as articulações, dinâmicas e relações como um todo que desaguaram nesse período do *crime* na capital, além de algumas de suas principais consequências. Analiso, no quinto capítulo, uma série de transformações percebidas nas redes de tráfico em Porto Alegre ao longo das últimas décadas, e que repercutiram na recente

constituição de *embolamentos* — frentes de alianças — através do *apoio*, um mecanismo que prevê a reciprocidade no *crime*. No sexto, investigo as territorialidades da *guerra*, enfatizando o aprofundamento da segregação socioespacial e o cerceamento do espaço público, que contribuiu para a criação de um conjunto de sensibilidades, pela juventude periférica, para a circulação urbana e o cuidado com os afetos. No sétimo, enfatizo como a *guerra* influenciou a produção das identidades coletivas, assentadas nas relações de pertencimento, que alicerçam os grupos. Ainda que não tenha criado as sociabilidades que irradiam do *crime* no município, mas lhe inserido novos elementos, procuro demonstrar que a *guerra* reforçou a identificação dos agrupamentos a partir da oposição com os rivais, em torno do binômio aliados e *contras*.

Trato mais diretamente das intersecções existentes entre grupos criminais e violência no oitavo e no nono capítulo. No oitavo, enfoco a multiplicidade de circunstâncias em que o *crime* engatilha o recurso à violência física — para muito além das “guerras por território” e *tomadas de bocas*, mas articulando uma gama de motivações que perpassam desde por interesses instrumentais do *crime* até por relações afetivas. Em seguida, examino o recurso à violência letal no contexto da *guerra*, que acelerou o uso simbólico dos homicídios, cujo efeito pretendido passou de local a geral — ambicionando o amedrontamento disseminado pelos eventos que levam à morte. Com a *guerra*, mais do que crescer no tráfico ou defender-se, passou a ser preciso *tocar o terror nos contras*, demonstrando o próprio poder e, ao mesmo tempo, fragilizando a *moral* do inimigo no *crime*. A partir disso, inaugurou-se um ciclo retaliatório de violência letal, assentado em uma reciprocidade negativa. Todos esses tópicos são retomados no nono capítulo — onde, com base no material trazido até então, apresento alguns comentários sobre associações existentes entre tráfico de drogas, grupos criminais e homicídios. Por último, nas considerações finais, minha intenção é não só abrir um diálogo entre os principais temas abordados nas duas partes, mas também indicar sínteses resultantes de seus cruzamentos.

PERCURSO

Entre os anos de 2015 e 2016, fiz uma série de visitas ao Presídio Central, podendo somar um agregado de conversas com policiais militares e com outros funcionários, como psicólogos e profissionais do serviço social. Esses encontros informais — que ocorriam durante almoços na cantina do presídio, na partilha de chimarrão ao longo das horas que antecediam e sucediam entrevistas, entre caronas concedidas ou outros momentos de confraternização — foram muito importantes para a minha compreensão sobre as dinâmicas da prisão, especialmente do ponto de vista das relações entre presos e funcionários.

Embora com menor frequência e sem a mesma continuidade, também tive conversas informais com apenados. Elas ocorreram especialmente com moradores da galeria E1, onde vivem os presos em processo de desintoxicação, e do pavilhão G, onde estão os *trabalhadores* (também chamados de *jalecos*) que desenvolvem alguma função no presídio, trabalhando na cozinha, na limpeza, com reparos mecânicos etc. Ademais, conversei com presos da *terceira do H* (terceira galeria do pavilhão H), que é destinada a abrigar travestis e seus companheiros homossexuais. Com eles, pude conviver durante eventos institucionais (como a inauguração de salas para o uso de computadores) e a organização de festas no presídio (como para o dia das crianças e para a páscoa).

Ao longo desse período, apliquei entrevistas semiestruturadas com seis policiais militares em ofício na Cadeia Pública — incluindo-se o diretor e o vice-diretor. Nessa prisão, quem desempenha a atividade de carceragem é a Polícia Militar — que é popularmente conhecida, no Estado do Rio Grande do Sul, como Brigada Militar (BM). São esses agentes, portanto, que fazem a administração e mantêm contato cotidiano com os presos, além de serem os responsáveis pela segurança interna e externa do presídio. Com eles conversei sobre como percebiam o presídio, os presos e os grupos criminais ao longo das últimas décadas, bem como sobre as relações internas e a gestão da

população encarcerada a partir das galerias, seus acordos e negociações cotidianas. No ano de 2018 entrevistei outro policial, que havia sido diretor do estabelecimento em período anterior ao início da pesquisa.

Fiz entrevistas com tópicos-guia com cinco apenados do Central, todos eles assumindo a posição política de *plantões* — também chamados de *prefeitos* —, entendidos pelos policiais como os responsáveis pelas galerias. Assim, são indivíduos que têm atribuições internas — para a administração, devem assegurar a manutenção da ordem, evitando conflitos vistos como graves e a irrupção de instabilidades — e algumas facilidades, como a comunicação com policiais, com a direção prisional e com os atores do judiciário. Por isso, eles também ficam a cargo de repassar as demandas dos presos à administração, como quanto à compra de material para reparo nas celas, ao acesso a médicos e a medicamentos. Dois dos entrevistados afirmaram estar *embolados* com coletivos, enquanto um disse não ser *envolvido*, mas ter simpatia pelo grupo que territorializava o seu bairro.

Tendo por fator comum a atuação como *prefeitos*, suas trajetórias no presídio até o momento em que assumiram essa posição foram distintas: viraram *prefeitos* em galerias não controladas por coletivos, pois queriam *largar o crime*; almejavam a *prefeitura* nas galerias que viviam, sob domínio dos coletivos, pois a entendiam como um facilitador para o acesso a posições de poder; ou, ainda, foram compulsoriamente designados para a função. Na rua, eles também circundavam pelo tráfico de forma diversa, com maior ênfase no consumo ou na produção de renda, participando ativamente de coletivos ou comprando, deles, drogas para repasse, bem como morando em diferentes bairros (o que é coerente com sua distribuição em galerias diversas). Apesar disso, em consonância com o perfil da população encarcerada brasileira, todos eles viviam em periferias do município e advinham de classes vulneráveis. Em oposição às tendências nacionais, são brancos, como a maioria dos presos no Estado, em que pese a sobre representação de pessoas negras nos presídios locais. Conversas informais com visitantes de presos se somaram a essas entrevistas.

Também utilizo entrevistas com tópicos-guia feitas no ano de 2017 com sete adolescentes recolhidos na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), alocados em duas diferentes casas. Eles narraram graus de *envolvimento* com o tráfico de drogas e com os roubos, e relações mais ou menos próximas com coletivos. Em inúmeros momentos, além de enunciarem suas motivações, pautaram os grupos criticamente, fazendo um balanço sobre as qualidades e defeitos de sua presença nos bairros, bem como sobre as vantagens e desvantagens em fazer parte deles, situando sua posição nas redes desses negócios e analisando a situação do *crime* no município. Na FASE, as inúmeras conversas feitas com dois psicólogos e o diretor de uma das casas também foram bastante ricas para que eu refletisse sobre suas relações com os adolescentes e sobre a percepção das interações dos adolescentes entre si — em um cenário onde, em comparação com o Central, a separação espacial entre aliados e *contras* é bem mais frouxa, em que pese também exista.

Além disso, apliquei sete entrevistas com tópicos-guia, no ano de 2018, com adolescentes atendidos pela unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de um bairro do município, seis cumprindo medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e um de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Dos participantes, cinco já haviam passado pela FASE e, conforme afirmaram, estiveram diretamente vinculados com grupos criminais — eram *envolvidos* —, desempenhando diferentes funções e por período de tempo variado. Os dois restantes, embora não fossem *envolvidos*, contaram sobre a presença dessas dinâmicas em suas rotinas, seja nas andanças cotidianas em seus bairros e pela influência das disputas do *crime* em suas vidas, seja pela proximidade com o *crime* através de irmãos, amigos e demais conhecidos.

Ainda compõem esse mosaico entrevistas que fiz, em 2018, com doze moradores de bairros territorializados por grupos criminais. Elas se deram de maneira informal e sem um roteiro pré-estabelecido. Em alguns dos casos, foram repetidas mais de uma vez. Três dos participantes desempenhavam atividades constituintes das sociabilidades das comunidades, como a lide-

rança em projetos sociais ou o acolhimento de crianças vulneráveis. Os demais eram moradores que viviam em proximidade espacial com *bocas* de tráfico ou haviam sofrido alguma consequência da *guerra* e se dispuseram a narrar as dinâmicas com as quais conviviam. Na rua, ainda pude entrevistar um *gerente* dos Manos, assim como um antigo integrante do mesmo grupo — que, já em liberdade, havia sido preso na década de 1990 por assaltos, tendo se convertido à religião evangélica ainda na prisão e que segue próximo do universo religioso.

Em 2016, fiz cinco entrevistas com operadores do sistema de justiça ocupados com a execução criminal e em proximidade com as dinâmicas do Central (Defensoria Pública, Vara de Execução Criminal, Ministério Público, Fiscalização Prisional). Em 2018, apliquei outras três entrevistas de mesmo teor, a fim de complementar e atualizar os dados apurados nas primeiras. A partir delas, pude entrar em contato com informações sobre a existência de canais de comunicação e representação estabelecidos com os presos, suas reivindicações e denúncias. Também sobre as condições mais gerais da prisão e o desenrolar de eventos críticos como motins e rebeliões, sobre a ocorrência de violência interna ao cárcere, a incidência e transformação desses eventos ao longo do tempo.

Outras experiências etnográficas, mais espontâneas, compõem esses dados: conversas informais com traficantes, com meninas e meninos moradores de periferias — *envolvidos* ou não no *crime* — em bares, festas e *sociais*, assim como com outros moradores, em diferentes momentos e circunstâncias ao longo dos últimos anos. Subsidiariamente, conto com impressões advindas de dezenas de visitas feitas a *bocas* em Porto Alegre e na Região Metropolitana, que abriram espaço para que eu presenciasse situações relevantes e que não haviam sido antecipadas, além de terem auxiliado para uma percepção mais genérica sobre as *bocas*, suas dinâmicas de funcionamento e as posições ocupadas, nelas, pelos indivíduos. De forma complementar, músicas feitas pelos integrantes de facções (filmadas por eles de dentro da prisão, gravadas com selos comerciais, apresentadas em bailes funk e *sociais* ou feitas de maneira mais amadora e

divulgadas na internet), notícias de jornais, documentos oficiais e o acompanhamento de grupos *on-line* — no Facebook e WhatsApp — sobre o cotidiano dos bairros do município também foram utilizados.

As músicas trouxeram informações sobre a distribuição das alianças entre os grupos e o caráter simbólico da *guerra*, sobre as percepções acerca da vida no *crime* e as condições e contextos sociais em que os atores estão inseridos, dentre outros aspectos. Por sua vez, as notícias possibilitaram o acompanhamento de eventos de cunho histórico, assim como de instabilidades nas disputas por poder, o mapeamento da intensidade dos *atentados* e a reflexão sobre as formas de os grupos usarem a violência física na resolução dos conflitos (como através da tendência à adoção de diferentes práticas e da conformação de variadas características para o cometimento de homicídios).

Quanto aos documentos oficiais, foram particularmente relevantes para a primeira parte desse livro. Dentre eles, destaco as edições do Relatório Azul publicadas pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (CCDH), publicado anualmente desde 1994. Compete à Comissão, dentre outras funções, tratar sobre aspectos atinentes à prisão e, nesse sentido, ela vem desempenhando atendimentos que abarcam desde o recebimento e encaminhamento de denúncias de presos e de seus familiares, até a presença em eventos de instabilidade carcerária. Os Relatórios agregam inúmeros relatos desses atores sociais, bem como trazem, em seu conjunto, alguns dados históricos sobre greves de fome, conflitos com a guarda e motins no sistema prisional do Estado.

Os grupos em redes sociais, seguidos desde 2016, propiciaram o acesso a manifestações virtuais de moradores sobre a situação em seus bairros e sobre as experiências de lá viver, como quanto à frequência de assaltos, os cuidados para abordar o tema dos coletivos, a ambivalência sobre a presença da polícia e as angústias do convívio com a violência — seja pela vulnerabilidade das áreas a *atentados*, seja pelas eventuais irrupções de conflito ou por sua ocorrência em potencial. Também

foi por intermédio dos grupos virtuais que obtive conhecimento sobre atos organizados por moradores, como duas manifestações pelo “fim da guerra” que ocorreram em uma *vila* do município, o que possibilitou que eu estivesse presente e conversasse com moradores.

No caso do WhatsApp, venho participando de grupos de diferentes bairros de forma intermitente. Em todas as circunstâncias, fui neles incluída por moradores dos lugares em questão, com os quais já havia estabelecido contato e que colaboraram direta ou indiretamente com a pesquisa. Esse acesso, por sua vez, permitiu que eu ampliasse minha rede de interlocutores, com quem conversava durante situações críticas, como um *atentado* ou uma tentativa de *tomada de boca*. Não reproduzo, no livro, nenhuma das informações partilhadas nesses grupos, mas a partir deles foi possível acompanhar, de maneira mais abrangente, os impactos promovidos pela *guerra* no cotidiano dos bairros.

A plasticidade de parâmetros quanto à composição da amostra, o perfil dos entrevistados e a quantidade de entrevistas aplicadas resultam de algumas razões. A primeira delas é que, embora eu estivesse há anos mobilizada em compreender as facções criminais nos seus distintos aspectos, grande parte da pesquisa de campo não foi orientada por um problema impermeável ou bem delimitado, tampouco parti munida de um quadro de conceitos teóricos cuja aplicabilidade busquei, dali em diante, testar e verificar. Meu “enigma de pesquisa” (cf. Abbot, 2004), assim como os recortes temáticos presentes no trabalho e as sínteses analíticas que pude realizar resultaram, principalmente, de costuras existentes entre diversas (e não necessariamente simultâneas ou contíguas, embora obviamente conexas) experiências empíricas. As principais categorias trabalhadas — como *embolamento*, *apoio* e *atentado* — foram sendo construídas a partir do diálogo com o campo, e foi desde essa dimensão que os debates teóricos que as circundam passaram a ser mobilizados.⁶

6 Isso não significa a ausência de diálogo prévio com uma série de trabalhos sobre o

Como resultado disso, mas também de minha forma “dispersa” de encarar os grupos criminais, não fiz um estudo que os investiga em separado e tentei adotar uma abordagem relacional — que considerasse, à proporção e com a profundidade do possível, outros atores individuais e coletivos. Por exemplo, entrevistei policiais, juízes e promotores porque, consultando a literatura e dando seguimento ao campo, fui me dando conta de que os grupos criminais não estavam isolados do Estado que processa as regras práticas sobre as quais eles tecem suas negociações. A importância do *set* institucional para a compreensão desse fenômeno (seja materializado em código penal e de processo penal, seja resultante da racionalidade institucional ou da ação concreta dos atores estatais) é percebida pela própria noção, partilhada e invocada por coletivos Brasil afora, de enfrentamento ao Estado, ao sistema e às instituições da justiça criminal. Junto a isso, sua manifestação se dá sob a incidência de inúmeros outros atores — moradores de periferias, agentes comunitários e professores, pessoas envolvidas com associações locais, igrejas, organizações civis, grupos políticos etc. — que exercem uma série de controles sociais, formais e informais, nos bairros urbanos. Diante da convivência com eles, e também modulado pelas possibilidades que surgem dessas relações, o *crime* se adapta, se imiscui, faz concessões, se afasta ou mesmo reage em oposição.

“mundo do crime” e seus temas correlatos, sem os quais não teria sido possível que eu concebesse a mera possibilidade de pesquisar o fenômeno, que me era praticamente estranho. Ocorre que, durante algum tempo, sem sucesso e com enorme frustração, me esforcei para construir a pesquisa por meio de inspirações dedutivas, partindo da seleção de uma porção de conceitos (alguns, muito abstratos) a fim de testá-los ou tentar enquadrá-los no campo. Demorou para que eu me desse conta de que, na prática, vinha olhando para o fenômeno de outra maneira, por um movimento que partia de baixo, e que a insistência em fazer o contrário estava mais me atrapalhando do que ajudando. Ainda assim, a construção de vários dos meus argumentos bebe da teoria da estruturação de Anthony Giddens, que certamente orientou meu modo de olhar para os processos aqui abordados. Todavia, comparando-se essa versão do trabalho com minha dissertação, referências “protocolares” ao autor e tentativas de “encaixar” apenas formalmente seus conceitos nos dados de campo foram excluídas — exatamente porque, nesses casos, não agregavam complexidade ao conteúdo e pouco serviam a propósitos analíticos.

De outro lado, pesquisar o *crime* nem sempre é uma tarefa simples quando tratamos do acesso a dados empíricos. Normalmente, entradas em instituições prisionais dependem de uma constelação de critérios burocráticos (algumas vezes, demasiadamente demorados ou dificultosos), além da boa vontade ou autorização discricionária de indivíduos em posição de poder na administração dessas instituições.⁷ Mesmo quando é possível adentrar em tais localidades, o controle do pesquisador sobre o conteúdo da pesquisa,⁸ sobre o número e o perfil de indivíduos entrevistados,⁹ sobre as condições em que se dão as entrevistas,¹⁰ dentre outros fatores, pode ser prejudicado por questões institucionais. No meu caso, diferentemente das entrevistas feitas na prisão, o acesso à FASE e ao CREAS se tratou de uma estratégia para ter contato com a juventude e, eventualmente, conversar sobre suas vivências em torno do *crime*, suas identidades, afetividades e relações com os territórios de periferia. Ou seja, meu foco não era compreender as experiências dos jovens naquelas instituições, embora esse tenha sido um assunto trazido por eles durante as entrevistas. Em tais ocasiões, fui aproveitando as oportunidades que apareceram e usei, como principal critério

7 Embora eu não tenha passado por maiores entraves para o acesso ao Presídio Central (pelo contrário, fui muito bem recebida e acolhida por todos os policiais e servidores com os quais tive contato), em uma primeira conversa com o diretor à época ele me afirmou que, independentemente da autorização fornecida pela comissão de pesquisa da SUSEPE, nenhum estudo ocorreria naquela unidade caso ele não quisesse.

8 Na FASE, o primeiro projeto que enviei enfatizava as relações entre a construção da identidade dos adolescentes, as facções e seus marcadores territoriais. Em que pese tenha recebido sinalização positiva e enorme liberdade para seguir o estudo e entrevistar os adolescentes, me foi demandado que retirasse qualquer menção aos grupos criminais do projeto, que terminou por ser reformulado.

9 No Central, os presos que participaram do estudo foram diretamente indicados pela administração. Na FASE e nos CREAS, me foi permitido estabelecer filtros para selecionar os entrevistados. Basicamente, meu filtro foi que eles tivessem interesse em conversar sobre suas experiências familiares, na *vila*, com os *cupinxas* ou com os atores e instituições do Estado.

10 No Central, me foi autorizado entrevistar os presos em uma sala sem acompanhamento policial. Entretanto, a solicitação para a retirada de suas algemas foi negada, o que já servia para aprofundar ainda mais as assimetrias existentes entre eu e eles. Em alguns casos, os entrevistados estavam algemados com as mãos para trás, o que impedia que eu pudesse demonstrar simples sinais de respeito, como um aperto de mãos.

de inclusão na pesquisa, a disposição dos interlocutores para falarem comigo.

No Central, as negativas que recebi de alguns presos me deixaram um pouco mais confortável sobre o caráter não compulsório de sua participação — dado que o convite era feito pelos policiais, o que evidentemente incitava assimetrias de poder que estão presentes no universo social da prisão. Com os e as adolescentes na FASE e nos CREAS, senti na maioria das vezes que queriam falar — e, em algumas delas, me pareceu que estavam utilizando aquele momento como uma distração da rotina das instituições ou dos atendimentos. Mais do que experienciei diante de qualquer outro grupo de interlocutores, os temas que eles abordaram foram consideravelmente amplos e variados. Passei horas falando sobre música, videogame, futebol e “os guris” ou “as gurias” — assim como muitas outras escutando sobre episódios de violência estatal e não estatal. Conquanto a experiência de conversar com os e as adolescentes tenha sido a mais frutífera e fluida de todas, em duas ocasiões — uma no CREAS e outra na FASE — encerrei entrevistas por achar que os interlocutores não estavam confortáveis. De outro lado, também recebi vários convites para *dar uma banda*, *fumar um baseado* ou só *trocar uma ideia* com as meninas e meninos que conversei dentro e fora das instituições.

Para além da tentativa de acessar interlocutores pela via das instituições, o contato com atores inseridos em mercados ilícitos, especialmente aqueles onde o nível de desconfiança é elevado e a expectativa do conflito é iminente, pode trazer algumas dificuldades. Levando isso em conta, também agi de maneira flexível com as entrevistas que fiz nas ruas e fui tanto conversando com pessoas que procurava intencionalmente — e, portanto, cujo tipo de contribuição eu já havia antecipado e tinha alguma expectativa — como com aquelas que, espontaneamente, encontrava pelo caminho ao me fazer presente em determinados espaços, eventos e situações. Mais de uma vez, a cerveja desprezenciosa no boteco da esquina de minha casa legou importantes impressões e ricos relatos, transformando a folga do final de semana em trabalho de pesquisa.

O tipo e a recorrência dessas trocas oscilaram de acordo com intencionalidades, possibilidades, localidades e contextos. Por exemplo, entrevistei apenas um *gerente* de grupo criminal porque, de todos os que conheci, só ele quis me conceder uma entrevista formal, mas conversei com inúmeros outros enquanto fazia observações em *bocas*, praças ou *sociais*. Entrevistei um adolescente na sala de uma instituição estatal e, horas mais tarde, fui embora caminhando com ele e com seus amigos. Durante o percurso, falamos sobre vários outros assuntos e em um clima totalmente diferente, muito mais descontraído e horizontal. Portanto, ainda que as entrevistas tenham assumido o protagonismo em meu material empírico, me vi sendo recorrentemente conduzida por uma espécie de inspiração etnográfica, cujos desdobramentos foram imprescindíveis para que eu conseguisse fazer conexões mais sólidas entre os relatos trazidos pelos interlocutores.

Com exceção de nomes próprios amplamente divulgados na imprensa (como os de algumas antigas lideranças dos grupos) todos os demais são fictícios. Embora os nomes de bairros sejam reais, informações mais detalhadas presentes nos relatos, como quanto a ruas ou pontos de referência, também foram substituídas por outras, que inventei. Correndo o risco de cristalizar, simplificar ou mal traduzir algumas expressões cujo sentido é variável ou flutua de acordo com usos e contextos — e que, em algumas ocasiões, mereceriam elaborações mais cuidadosas e aprofundadas devido à sua relevância — rascunhei um glossário de gírias, termos nativos e palavras que adquirem sentidos próprios no âmbito do *crime*, que pode ser consultado ao final do livro. No corpo do texto, essas gírias, termos, palavras e categorias aparecem, todos, grifados em itálico.

Antes de passar à primeira parte, ainda devo justificar minhas escolhas quanto à terminologia utilizada. Os grupos criminais vêm sendo abordados, nas ciências sociais, desde o momento em que começaram a se constituir nas prisões: no início dos anos 1980, Coelho (2005) já fazia pesquisa de campo no sistema penitenciário do Rio de Janeiro e destacava o protagonismo dos Leis de Segurança (mais tarde, Comando Vermelho) nas dinâmicas prisionais. Dali em diante, o tema seguiu presente na

literatura,¹¹ mas foi apenas em meados do final da década de 2000 que houve um considerável adensamento de pesquisas qualitativas tomando os grupos como protagonistas. Esses estudos enfatizam distintas dimensões dos grupos criminais, assim como utilizam referenciais teóricos e metodologias variadas — e, embora a maioria tenha sido realizada em São Paulo ou no Rio de Janeiro, já foram feitos trabalhos sobre o *crime* em todas as regiões do país.¹²

Não foi só no espaço acadêmico que, ao longo das últimas décadas, a visibilidade dos grupos aumentou: apesar de esforços do Estado para negar sua presença e relevância, a existência de grupos criminais passou a, progressivamente, informar não só diretrizes cotidianas de unidades prisionais, mas também inovações em políticas de aprisionamento e mudanças na legislação — impactando o campo da segurança pública e justiça criminal como um todo e afetando as práticas de seus atores e instituições. A relevância dos grupos no debate público tampouco parou de crescer — e, durante situações críticas, como enfrentamentos entre grupos ou com as forças estatais, o tema foi explorado à exaustão em programas sensacionalistas e na imprensa como um todo. Assim, afora seu atravessamento nos cotidianos de populações moradoras de periferias, os grupos criminais foram tornando-se um objeto construído e mediado por uma série de narrativas, que também passaram a interferir em sua nomeação e no respectivo significado por ela assumido.

Uma maneira comum de se referir a esses grupos é por meio das alcunhas crime organizado ou organização criminosa. Pode-se dizer que, em geral, os cientistas sociais e, particularmente, os etnógrafos que pesquisam grupos criminais, não reproduzem esses termos — e, em minha concepção, há exce-

11 Por exemplo, nos trabalhos de Barbosa (1998, 2005), Diógenes (1998), Dowdney (2004), Mingardi, (1998), Misse (1999), dentre outros. Embora apenas alguns tenham tomado os grupos criminais como objeto central de pesquisa, todos eles trouxeram contribuições fundamentais ao debate que se adensaria alguns anos mais tarde.

12 Para um balanço sobre as pesquisas etnográficas feitas em torno do crime no Brasil, vale conferir o texto de Aquino & Hirata (2018).

lentes razões para isso. A aderência das categorias crime organizado e organização criminosa ao universo do direito resulta em uma definição “guarda-chuva” e unidimensional que não pode deixar de refletir, em alguma medida, a letra e os propósitos da lei. Essa definição legal, que constitui os grupos desde a perspectiva acusatória do combate ao crime, em pouco ou nada contribui para a sua compreensão, pois achata um fenômeno que se expressa por múltiplas facetas em periferias e prisões e que desempenha variados papéis, frequentemente ambíguos, para os seus integrantes e para uma gama de atores sociais que os circundam.

Embora os grupos se constituam em torno das relações do *crime*, o engajamento nos atos criminais é uma entre várias de suas características — e a percepção sobre delitos cometidos, mesmo para aqueles que não se engajam neles, pode variar enormemente no espectro do *certo* ou do *errado* e da tipificação moral ou não como *bandido*. Em outros termos, legalidade não equivale a legitimidade — e, embora a primeira tenha sua relevância, é a última que mais importa para compreender o que é esse fenômeno e como ele se manifesta. Ademais, pesquisas como a de Biondi (2009; 2014), em que há esforço para a construção de uma perspectiva desde o interior do PCC, desmontam noções fundamentais ao texto legal, como a de hierarquia. E se, quando procede com a classificação positivada, a lei define os grupos criminais com critérios objetivos que não necessariamente lhes fazem jus, esse contraste também pode ocorrer quando o movimento é inverso, com determinadas práticas sociais sendo modeladas – do inquérito à condenação — para que se enquadrem na legislação. Um exemplo semelhante, mas mais comum quanto a esse tipo de flexibilização (inclusive por se tratar de um acoplamento mais simples), é a dobradinha entre a acusação por tráfico de drogas e a associação para o tráfico — que, muitas vezes, adquire caráter compulsório, a despeito de não se sustentar concretamente.

A princípio, existe um amplo leque de condutas possíveis de constituir uma organização criminosa, que perpassa desde pelas variadas formas de corrupção nas relações entre empresas

privadas e governos (nas licitações de obras públicas, na oferta de serviços públicos, no financiamento de campanhas eleitorais e de partidos políticos e nas formas de extorsões e propinas etc.), até pelo contrabando de armas, tráfico de mulheres, crianças e de órgãos, pirataria e muitos outros (Misse, 2011). Para se enquadrarem enquanto tal, essas atividades ainda devem estar associadas a uma estrutura complexa e profissionalizada, com clara divisão de tarefas e contando com a utilização de métodos sofisticados (Sanctis, 2016). Não necessariamente o tráfico, especialmente em sua modalidade a varejo, responde de modo satisfatório a esses critérios, mesmo quando está relacionado a grupos criminais.

São muitos os atores que participam desses mercados de forma pontual e intermitente, o que faz com que o quadro de funcionários de *bocas* possa variar com recorrência. Além disso, grande parte das tarefas costuma ser aprendida na prática, a partir da convivência e circulação dos indivíduos nesses espaços, do acúmulo de experiências e de observações. Em Porto Alegre, embora os papéis existentes nas *bocas* sejam bem delimitados e a figura de seu *patrão* seja central, os grupos, ao menos quando pensados como tal, não estão sujeitos a uma única fonte de autoridade ou a uma estrutura coesa, mas se assentam em relações mais orgânicas entre as diferentes *bocas*. Algumas das atividades associadas à sua manifestação podem se dar de forma contingente, sem atribuição prévia de funções, e muitos de seus atos ilícitos não têm finalidades instrumentais. Na *boca*, a tática para avisar a chegada da polícia costuma ser o grito, pelo *campana*, da palavra chuva, e as tentativas de evitar sua presença podem incluir soluções criativas e sagazes, o que não implica que sejam sofisticadas.

Para além de os grupos criminais se tratarem de um fenômeno complexo, as práticas que lhes constituem, em sua dimensão mais visível, podem ter muitos ruídos quando em relação aos critérios legais que tipificam os agentes a eles remetido. De qualquer maneira, na recorrência de seu emprego e na própria representação coletiva, as classificações crime organizado e organização criminosa tendem a privilegiar o tráfico de drogas, terminando por se referir a um tipo penal específico e aprofun-

dando a captura de um sem-fim de atores sociais nos processos de incriminação. Em síntese, pensar esses grupos desde a noção de crime organizado restringe a análise a alguns poucos elementos, que não dão conta de explicá-lo e, pior ainda, podem enviesar sua compreensão. De outro lado, a equivalência do termo com os grupos reifica sua sujeição criminal, coisificando a “noção difusa” que decorre dessa “categoria frustrada” (Zaffaroni, 1996, p. 57) e contribuindo para a construção social do agente dessas práticas como um sujeito criminoso, enquadrado em um tipo social que é representado como criminal ou potencialmente criminal (Misse, 1999).

Enquanto a categoria crime organizado gera amplo desconforto (ou, no mínimo, cautela) em cientistas sociais, a referência desse fenômeno à palavra facção tende a ser mais recorrente, em que pese não seja consensual. Com lastro na perspectiva do *labeling approach*, Shimizu (2012) destaca o risco de seu uso como um reforço a processos de desviação e, em decorrência disso, de criminalização. Por outro lado, Dias & Lourenço (2015) destacam a pouca precisão do termo, bem como apontam seu uso consolidado na ciência política, em especial quanto ao estudo de sistemas e partidos. Em consonância estão as ressalvas de Biondi (2009), para quem facção é inapto para descrever as relações existentes no PCC. Como demonstra, o conceito sugere a dissolução do grupo em decurso da ausência da figura do líder — algo que a autora não observou em sua pesquisa sobre o coletivo. Apesar disso e à semelhança do que se repete em muitos outros contextos empíricos ao redor do país, a palavra facção foi utilizada, por meus interlocutores, com enorme recorrência e naturalidade.

Seja durante meus encontros com adolescentes recolhidos na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE) ou atendidos por um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), seja nas conversas que tive com pessoas presas no Central, seja em observação de *bocas* espalhadas pelo município e durante o diálogo com seus funcionários, o termo facção foi mobilizado de forma uníssona para nominar o conjunto de relações e práticas sobre as quais

procuro me debruçar nesse trabalho. Em mesmo sentido, as inúmeras músicas feitas pelos grupos do Rio Grande do Sul — tanto para narrar as condições de suas vidas, as relações com as comunidades e as *correries* no *crime*, quanto como meio de participação nas disputas com *contras* em um universo simbólico — acolhem largamente seu uso. Facção, portanto, parece adquirir prevalência no léxico desses atores.

Até onde se sabe, o uso de facção não foi inaugurado pelos grupos — e sua seleção, irradiação e publicidade adveio, essencialmente, do combo representado pela imprensa e pelos agentes estatais. Em certo momento, alguns grupos se apropriaram do termo via dupla hermenêutica — e, com isso, a palavra sobre a qual Biondi (2009) e Dias & Lourenço (2015) fazem (certeiras) ressalvas descolou-se do estudo de partidos e sistemas e passou a representar, para os agrupamentos que a incorporaram, uma forma de significar um conjunto de relações e práticas de vida. Em suma, se considerarmos o sentido tradicional de facção, o conceito não é útil, pois carece de capacidade explicativa e/ou analítica. Todavia, a progressiva popularização de facção como uma categoria nativa, construída a partir do campo e significada pelos atores desde essa dimensão, justifica impulsionar sua polissemia como um conceito que transborda a ciência política.

Para além dos termos facção, grupo e agrupamento, utilizo coletivo criminal com o objetivo de destacar a dimensão da coletividade — que é fundamental e se desdobra em muitos outros elementos, como os traços de uma identidade de grupo, as expectativas concretas em torno da parceria entre *cupinxas*, a construção de redes de proteção entre aliados, a disposição para antagonizar com grupos rivais, dentre outros. A coletividade tem papel central para a compreensão de importantes processos identificados no Rio Grande do Sul — como, por exemplo, o *apoio*, o *embolamento* e os *atentados*. Ao mesmo tempo, a ideia de um coletivo remete, mais amplamente, à união e à partilha de interesses, propósitos e/ou afinidades comuns — que não se restringem, por óbvio, à prática de delitos. Ela pode, inclusive, servir para recuperar os objetivos de inúmeros desses grupos quando do momento de sua criação — que, como já parece ser

consenso na literatura,¹³ não surgiram finalisticamente orientados para cometer crimes, mas buscando a liberdade ou respondendo à necessidade de reagir às opressões cometidas por agentes do Estado e por outros presos.

Em muitos sentidos, os grupos de hoje não são iguais aos de outrora. A maneira como a prática de crimes se imiscui em cada um deles, constituindo-o ou não como tal, varia no espectro de tensões produzidas entre uma dimensão econômica e outra normativa, bem como entre escalas de negócios individuais e coletivos. Inexiste, no Brasil contemporâneo, um modelo único para viver o *crime* coletivamente. Todavia, por meio do diálogo com as ideias de Misse (1999), é possível afirmar que os grupos estão configurados, de uma só vez, como *coletivos criminais e incrimináveis*. Assim, o tempo inteiro e simultaneamente, se constituem a partir do fluxo prisões-periferias — articulando uma face criminal (que já passou pelo processo de criminalização) a uma que segue, embora liberta, incriminável. Em verdade, não se tratam propriamente de coletivos incrimináveis, mas de agentes sobre os quais a acusação social de pertencerem a esses grupos pesa como um forte elemento para a incriminação. Do ponto de vista das forças de segurança que transitam nas periferias do país, não há *bandidos* genéricos: supõe-se que aqueles que têm a *cara do crime* são, por óbvio, *envolvidos*.

13 É o que sustentam, por exemplo, Coelho (2005), Misse (1999), Biondi (2009), Dias (2011), Shimizu (2012), dentre outros.